

MOTA, R. S. *Economia ambiental*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

OLIVEIRA, S. *Carnaúba a árvore que arranha*. Fortaleza: Tempo d'Imagem, 2005.

QUEIROZ, T. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: APeCH/UFPI, 1993.

REGO, J. F. Amazônia: do Extrativismo ao Neoeextrativismo. *Ciência Hoje*, v. 25, n. 147, p. 62-65, mar. 1999. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

ROSSI, A. K. et al. *Conseqüências do extrativismo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.arvore.com.br/artigos>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

RUEDA, R. P. *Evolução histórica do extrativismo*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

SAMPAIO, E. V. S. B.; SAMPAIO, Y. *Preservação da vegetação nativa, especialmente da caatinga: custos e responsabilidades*. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

YOUNG, C. E. F. Economia do Extrativismo em Áreas de Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (Org.). *Sustentável mata atlântica: a exploração de seus recursos florestais*. 2. ed. atual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 171-181.

YOUNG, C. E. F. *Valoração de recursos naturais como instrumento de análise da expansão da fronteira agrícola na Amazônia*. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

* Ex-bolsista do PIBIC/CNPq, Graduada em Economia/UFPI, Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente PRODEMA/TROPEN/UFPI, bolsista DAAD. E-mail: embcerq@hotmail.com

** Professora do PRODEMA/TROPEN/UFPI e do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutora em Economia Aplicada/ESALQ/USP. E-mail: jairamag@uol.com.br

O COMPROMISSO CORONELÍCIO NO BRASIL, 1945-1964*

por Francisco Pereira de Farias**

1 O chefe político local e os governos estadual e nacional

Victor Nunes Leal (1975, p. 20) define o compromisso coronelício como “uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”. A manifestação desse compromisso consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. Assim, ao lado da falta de autonomia legal, reforçada com o federalismo, os chefes municipais governistas sempre gozaram de uma ampla autonomia extralegal.

Décio Saes (1998, p. 99-101) apontou a essência do compromisso coronelício:

[...] *todavia - e aqui tocamos um aparente paradoxo do coronelismo -, está descartada de princípio a possibilidade de que o coronel sirva de instrumento*

à sua própria hegemonia política. É que a presença de um Estado burguês democrático – condição de existência do coronelismo – já exprime, em si mesma, a derrota política da classe de proprietários de terras pré-capitalistas (a velha classe dominante) diante das frações burguesas (a nova classe dominante). Na realidade, o coronelismo indica, ao contrário do que se sugere freqüentemente, a posição subalterna dos grandes proprietários de terras pré-capitalistas no bloco no poder.

E mais, tal classe pede o pagamento, pelos seus serviços eleitorais, de um preço sócio-político elevado: a intocabilidade da grande propriedade fundiária ao longo da industrialização capitalista. [...] Prestando serviços no plano eleitoral, ele (coronel) só faz consolidar sua posição no plano sócio-econômico, opondo obstáculos à sua eliminação (mediante a distribuição da terra) ou à sua transformação em empresário capitalista.

Na fase democrática brasileira de 1945-1964, o coronelismo pôs-se a serviço dos setores nacionalistas e pró-industrialização da burocracia do Estado central. Aparentemente, a Sociedade

Rural Brasileira (SRB) criticava a política industrial do governo federal, porque (REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, 1950b, p. 22):

[...] a maior parte das nossas indústrias vivem da parasitação da economia nacional. Pelas proteções alfandegárias e políticas obtidas em favor de seus produtos, privam o consumidor nacional de adquirir produtos industriais estrangeiros melhores e mais baratos.

A retórica anti-industrialista da referida associação procurava evidenciar a sua identidade perante outras organizações patronais, quando, na prática, estava presa pelo compromisso coronelício à política industrializante, tanto que a relação com os poderes públicos é avaliada positivamente: “[...] como S. Excia (Presidente da República), seus ilustres Ministros, nos postos cujas atividades são mais intimamente ligadas com a economia rural, sempre nos desvaneceram com sua confiança” (REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, 1950a, p. 24).

Para gozar de uma autonomia extralegal e por essa via impedir a eclosão da revolta camponesa por uma reforma agrária nos seus domínios, os coronéis deviam ser governistas. De fato, o período democrático brasileiro de 1945-1964 mostrou a força do partido da situação, o Partido Democrático Social (PSD), em contraposição ao principal partido de oposição, a União Democrática Nacional (UDN), em razão do peso do eleitorado rural, até porque, em 1960, 64% da população brasileira era rural. Ademais, no total das áreas urbanizadas (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, litoral do Nordeste e Sul), a população rural participava com 52,2%, contra 47,8% de urbana, e nas áreas não urbanizadas (do Maranhão ao Rio Grande do Norte, da Paraíba a Santa Catarina, Norte, Centro-Oeste) a proporção de população rural cresceu para 84,2%, contra 15,7% de urbana (LOPES, 1976, p. 70-71). No mesmo ano, 53% da população economicamente ativa do País ainda estava no setor da agricultura (BAER, 1983, p. 299), de sorte que “se, no interregno do Estado Novo, o voto rural perdeu significado, ressurgiu, a partir de 1945, ainda decisivo para as eleições em todos os níveis de governo” (CINTRA, 1974, p. 41).

Entre os 1.047 deputados federais eleitos nas cinco legislaturas do período de 1945-1962, o PSD obteve 36,7% (384) das cadeiras, contra 22,2% (233) da UDN (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 50). Na Tabela 1, a distribuição de cadeiras nas

assembleias estaduais, por legislatura, mostra a vantagem do partido governista (PSD) sobre o da oposição (UDN).

Tabela 1 - Eleições legislativas estaduais de 1945-1962 (%)

Partidos	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	39,3	27,2	29,2	28,6	16,8
UDN	22,6	19,7	17,5	16,3	15,3

Fonte: Lima Júnior (1981, p. 31)

Como mostra um estudo de Soares (1973, p. 217), a votação do PSD diminuiu para as cidades com 10.000 habitantes ou mais, enquanto a UDN tinha mais eleitores nas áreas de urbanização. Com a proibição do voto do analfabeto, o eleitorado urbano tinha um peso mais que proporcional na dinâmica eleitoral. Daí que, somente considerando esse fato, pode-se entender o relativo equilíbrio entre PSD e UDN no estado periférico do Piauí, com uma população urbana de 16%, em 1950, e 24%, em 1960 (estima-se que o eleitorado urbano representava quase 40% do eleitorado total).

Assim, nas eleições presidenciais de 1945-1960, o PSD obteve 240.400 votos e a UDN, 228.927. Para o cargo de governador, nos pleitos de 1947-1962, o total de votos do PSD foi de 324.080 e de 318.483 para a UDN. Para a assembleia legislativa, no mesmo período, dos 170 deputados eleitos, 67 eram do PSD e 63 da UDN (MEDEIROS, 1996).

O coronel (grande proprietário fundiário) tinha uma vocação localista. Na esfera estadual e nacional, os cargos políticos tendiam a ser ocupados por membros ou representantes de outros grupos sociais. Isso fazia parte do compromisso coronelício. Assim, a categoria de agricultura e pecuária prevaleceu nos cargos da esfera local (prefeitos, vereadores, membros de diretórios partidários municipais) (CARVALHO, 1981), ao passo que na Câmara Federal, para as legislaturas de 1945-1964, enquanto os advogados tinham uma participação de 14%, os agricultores ficavam com 9% do conjunto dos deputados (FLEISCHER, 1981).

Como notou Soares (1973, p. 144):

[...] são poucos os coronéis que comandam votos suficientes para garantir uma eleição federal. [...] No plano federal, agudizar-se-iam os conflitos entre interesses de classes sociais diferentes, principalmente da burguesia e do proletariado,

ambos utilizando como representantes elementos de uma terceira classe, a classe média.

O compromisso do PSD com os coronéis impedia que o tema da reforma agrária entrasse na pauta do Congresso Nacional. Significativa é a declaração de Daniel Faraco (PSD), presidente da Comissão de Economia da Câmara Federal, quando confessou: “enquanto eu for presidente desta Comissão, nenhum projeto de Reforma Agrária passará por aqui” (CAMARGO, 1989, p. 155). No Congresso, a luta pela aprovação das leis trabalhistas ao campo, proposta por Vargas na Mensagem Presidencial de 1954, foi difícil e, em suas primeiras investidas, marcada pelo insucesso. Na opinião da SRB, essa seria uma medida “inviável e demagógica”, que desloca a questão agrária de seu verdadeiro cerne, o aumento da produtividade, para o qual o governo permanecia indiferente em sua política sistemática de confisco cambial e desestímulo à agricultura (CAMARGO, 1989, p. 157).

A questão agrária deixou de ser uma retórica do governo para se transformar em políticas somente a partir da entrada do movimento camponês em cena, nos anos 1950. Houve, porém, a oposição ativa das lideranças ruralistas às propostas de reforma agrária, levando à aliança PSD-UDN no Congresso e barrando a iniciativa do Executivo quanto às reformas de base.

2 O chefe político local e os eleitores

A dimensão interna do coronelismo no município rural era baseada no “voto de cabresto”, definido pela manifestação de “fidelidade pessoal” do eleitor a um chefe político - o coronel (LEAL, 1975, p. 25). Como tal, o ato eleitoral não era redutível nem às formas de coerção física, nem ao mecanismo da troca mercantil, mas se legitimava como uma obrigação moral e concretizava-se fundamentalmente pela doação pura e simples do sufrágio ao coronel.

Como mostram os trabalhos mais abalizados sobre o coronelismo¹, a condição socioeconômica da prática coronelista era a existência, no campo, de uma estrutura pré-capitalista, em que as relações de produção se expressavam como relações de dominação e dependência pessoal. Essa relação pessoal de dominação e dependência, presente em estruturas econômicas pré-capitalistas como a parceria ou o arrendamento, implicava a apropriação do

sobretabalho sob a forma extraeconômica de uma contraprestação pessoal do trabalhador ao proprietário pela cessão de uso da terra².

No coronelismo, o chefe político local impunha invariavelmente os candidatos aos eleitores dependentes. Na prática, o voto tornava-se vinculado: a votação nos planos regional e nacional seguia a local. Era o que ocorria numa amostra de dois municípios rurais piauienses³, como evidenciamos quadros abaixo. Para efeito de comparação, acrescentamos o município de Teresina, com 68,9% de população urbana, em 1960.

Quadro 1 - Eleições em Barras (PI), 1958 e 1960

Cargo	Partido	Votos (%)
Prefeito	PTB	63,09
Governador	PTB	54,0
Presidente	PTB/PTB	47,6

Fonte: TRE-PI

Quadro 2 - Eleições em Esperantina (PI), 1958 e 1960

Cargo	Partido	Votos (%)
Prefeito	PSD	50,8
Governador	PSD	48,8
Presidente	PSD/PTB	44,9

Fonte: TRE-PI

Quadro 3 - Eleições em Teresina (PI), 1958 e 1960

Cargo	Partido	Votos (%)
Prefeito	PSD	65,1
Governador	PSD	65,0
Presidente	PSD	47,1

Fonte: TRE-PI

Nos municípios rurais de Barras e Esperantina, a votação para o partido do prefeito eleito seguiu a do partido do candidato mais votado para governador e para presidente. Em contraposição, no município urbano de Teresina, com um eleitorado flutuante, houve a dissociação do voto: o prefeito eleito era da UDN e o candidato a governador majoritário pertencia ao PTB.

3 O fim do coronelismo

O nosso enfoque sobre as causas do fim do predomínio da prática coronelista contrapõe-se aos autores que omitem a questão agrária como o elemento determinante da desagregação do

coronelismo. Roberto Albuquerque e Marcos Vilaça (1978), em "Coronel, Coronéis", defenderam a tese de que o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, o exercício contínuo do voto e o acesso às informações pela ampliação dos sistemas de comunicação (rádio, televisão, estradas, etc.) levaram à ruptura com o coronelismo. Ora, tais fatores, por si sós, sem a correspondente transformação da estrutura agrária, são insuficientes para determinar o fim do coronelismo, uma vez que os coronéis foram capazes de readaptar-se a tais elementos. Como mostrou Victor Nunes Leal (1975), o coronelismo pôde, por exemplo, ao longo do período republicano brasileiro, resistir às alterações da legislação eleitoral⁴.

Noutra linha de abordagem, a questão nacional, e menos a agrária, é vista como o principal elemento de mudança do coronelismo. Para os autores dessa vertente de trabalhos⁵, a base de poder e prestígio do coronel encontrava-se no seu papel de mediador entre a comunidade camponesa relativamente isolada e a sociedade mais ampla. Em função disso, o partido clientelístico, apoiando-se nas políticas governamentais de desenvolvimento, agia para "quebrar o isolamento social e desenvolver um tipo de 'integração' regional ou nacional" (WEINGROD, 1968, p. 385).⁶ Há no argumento o pressuposto de que, em contraposição à sociedade externa, os camponeses teriam mais identidade que antagonismo aos seus patrões, sendo uma consequência disso a desconfiança do governo central para com os **notáveis** das regiões atrasadas e isoladas, que poderiam insurgir as massas camponesas contra o Estado nacional.

Todavia, como observa Eric Hobsbawm (1978), a história dos Estados modernos registra exemplos de campesinato tradicional que aceitou a liderança da esquerda política antes mesmo que o partido clientelístico - beneficiário e agente da industrialização e urbanização - o tivesse afetado seriamente. Uma hipótese explicativa para o fenômeno era a baixa probabilidade de que a "agitação nacionalista", ao menos na sua forma de simples xenofobia (facilmente alterável contra grupos extralocais ligados à mesma nação), antecederesse a uma desordem social. Na presente análise, o conceito de "comunidade camponesa" cede lugar para o de "conflitos no setor rural", uma vez que estes "pesam mais do que o que todos os

camponeses têm em comum contra o estrangeiro" (HOBSBAWM, 1978, p. 18).

Nesse sentido, a desconfiança do governo central para com os coronéis devia-se muito mais à ameaça potencial de explosão camponesa que às chantagens separatistas regionais. Foi o caso das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro que, ao direcionarem a ação independente dos trabalhadores rurais, contribuíram para desacreditar o compromisso coronelício com os grupos dominantes nacionais e para conduzir ao consequente ostracismo os velhos potentados locais, a partir do regime militar de 1964. Na realidade, o papel **mediador** do coronel será melhor apreendido não pela referência à defesa dos interesses abstratos da comunidade local, mas fundamentalmente pela sua capacidade de preservar uma determinada estrutura agrária. Como agente de alteração dessa estrutura no campo era que o partido de clientela, apoiado nos programas governamentais de desenvolvimento, substituiu o papel mediador do coronel para com o Estado nacional⁷.

Assim, o fator determinante de crise do coronelismo foi a mudança da estrutura agrária tradicional. Como destacou Leal (1975, p. 257), "parece evidente que a decomposição do 'coronelismo' só será completa, quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária", sendo o crescimento urbano-industrial um fator de seu declínio apenas quantitativo. No Brasil, a população rural diminuiu de 73,2% do total, em 1950, para 64,0%, em 1960 (LOPES, 1976, p. 70-71), ao mesmo tempo em que a população economicamente ativa do setor primário decresceu de 64%, em 1940, para 53%, em 1960, e a do setor secundário aumentou de um patamar de 10% para 13%, no mesmo período (BAER, 1983, p. 299). Esses dados explicam a trajetória relativamente descendente do partido governista, o PSD (ver Tabela 1), embora até o golpe civil-militar de 1964 não tenha havido modificação qualitativa importante na estrutura agrária do País ●

Notas

¹ Ver os trabalhos de Leal (1975) e Saes (1998).

² Manuel Correia de Andrade (1980, p. 205) destacou a natureza do vínculo presente na prática do cambão, na qual o foreiro se obriga a dar ao dono da terra um dia semanal de trabalho gratuito: "é uma obrigação pessoal, o que leva em certas regiões ao costume de não se permitir que o foreiro pague a outro para que ele execute a tarefa, tendo de

prestá-la pessoalmente, como uma homenagem ao proprietário". Cabe observar que, na expressão "dependência pessoal", o termo "pessoal" não significa a valorização de atributos da *personalidade* do proprietário de terras. O trabalhador não necessariamente estabelece uma relação de empatia com os traços da subjetividade do patrão; a dependência se refere antes ao papel socialmente objetivado daquele *indivíduo proprietário como proprietário*.

³ Barras e Esperantina, situados ao norte do estado do Piauí, são municípios típicos do Brasil rural pré-1964. Segundo o Censo Demográfico de 1960, a população rural em Barras era 89,3% e em Esperantina, 78,2% (nas áreas não urbanizadas do Brasil, a proporção do quadro rural era de 84,2%). Em 1970, segundo dados do Censo Agropecuário, as pessoas ocupadas nas categorias de arrendatário e parceiro representavam 76,6% em Barras e 57,4% em Esperantina (no total do Piauí a proporção desse conjunto de produtores era 43,3%).

⁴ Teresa Kerbauy (1992, p. 13) chamou atenção para o mesmo aspecto: "a mudança político-institucional não é o único fator que importa na caracterização do sistema político local, pois, se tal ocorresse, as manifestações coronelísticas no interior do Brasil não se fariam presentes até hoje, devendo-se levar em conta nesta caracterização as particularidades da economia do município".

⁵ Conferir, por exemplo, WEINGROD (1968); e FAORO (1995).

⁶ Maria Sylvia Carvalho Franco (1974, p. 53), parece partidária da tese do isolamento: "a explicação mais imediata é a de que o espaço em que ocorriam os fenômenos políticos exorbitava o universo do homem pobre, estava por demais distanciado do cotidiano das populações do interior e arredado de seus interesses". Essa perspectiva, no entanto, minimiza o papel das relações sociais internas à comunidade local, que dão base ao modo diferenciado de sua integração no Estado nacional.

⁷ Nesse sentido, não concordamos com Teresa Kerbauy (1992, p. 15) quando afirma que "a morte dos coronéis está muito mais ligada ao fim do isolamento municipal e interiorano, devido à integração nacional e às reformas institucionais que ampliaram o jogo de interesses políticos". A nossa posição está mais de acordo com outra passagem de seu trabalho, na qual pondera a existência de condições econômicas para que a ação política no plano local se integre no padrão nacional: "aliadas às mudanças verificadas no plano econômico, também se fizeram sentir no município as mudanças institucionais que se operaram em âmbito nacional" (KERBAUY, 1992, p. 180).

CINTRA, Antônio Octavio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. In: BALAN, J. (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1974.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 10. ed. Porto Alegre: Globo, 1995.

FLEISCHER, David. Dimensões do recrutamento partidário. In: FLEISCHER, D. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: EdUnb, 1981. v. I

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

HOBBSAWM, Eric. Os camponeses e a política. *Ensaio de Opinião*, v. 8, 1978.

KERBAUY, M. T. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. 1992. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1992.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962. In: FLEISCHER, D. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: EdUnb, 1981. v. I.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

MEDEIROS, Antônio José. Forças sociais e disputa política numa conjuntura de crise. In: *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, São Paulo, n. 353, 1950a.

REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, São Paulo, n. 358, 1950b.

SAES, Décio. Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação. In: *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2. ed. Campinas: IFCH-Unicamp, 1998.

SOARES, Gláucio A. D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

WEINGROD, Alex. Patrons, patronage, and political parties. *Comparative studies in society and history*, v. X, n. 4, 1968.

Referências

- ALBUQUERQUE, R.; VILAÇA, M. Introdução. In: ALBUQUERQUE, R.; VILAÇA, M. *Coronel, coronéis*. Brasília: EdUnb, 1978.
- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- BAER, W. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- CAMARGO, Aspásia de A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Difel, 1989.
- CARVALHO, Orlando M. A formação dos partidos em Minas Gerais. In: FLEISCHER, D. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: EdUnb, 1981. v. I

* Uma versão deste texto foi apresentada no III Seminário do Mestrado de Ciência Política da UFPI, 26 e 27 de abril de 2010.

** Professor na UFPI e doutorando em Ciência Política na UNICAMP.